



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA UFSC  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO CCE  
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

**THAÍS FERRAZ  
FERNANDES**

## *OCUPAÇÕES URBANAS NO CENTRO DE SÃO PAULO*

PROJETO de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Jornalismo, do Centro de Comunicação e Expressão, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a aprovação na disciplina **Técnicas de Projetos em Comunicação**, ministrada pela **Profa. Gislene Silva**, no segundo semestre de 2014.  
ORIENTADOR INDICADO: Profa. Daisi Vogel

Florianópolis

Novembro de  
2014

<b>FICHA DO TCC</b>		<b>Trabalho de Conclusão de Curso - JORNALISMO UFSC</b>	
<b>ANO</b>	2015.2		
<b>ALUNA</b>	Thaís Ferraz Rodrigues Fernandes		
<b>TÍTULO</b>	Ocupações Urbanas no centro de São Paulo (provisório)		
<b>ORIENTADORA</b>	Professora Daisi Vogel		
<b>MÍDIA</b> (marcar um ou vários se utilizado mais de um)	<input checked="" type="checkbox"/>	Impresso	
	<input type="checkbox"/>	Rádio	
	<input type="checkbox"/>	TV/Vídeo	
	<input checked="" type="checkbox"/>	Foto	
	<input type="checkbox"/>	Web site	
	<input type="checkbox"/>	Multimídia	
<b>CATEGORIA</b> ( <i>produto jornalístico inteiro</i> : uma revista, um suplemento com várias matérias) ( <i>reportagem</i> : um tema para um veículo; ex reportagem pra TV, revista)	Pesquisa Científica (monografia)		
	Produto Comunicacional (manuais, guias...)		
	Produto Institucional (assessoria de imprensa) (seja empresarial, comunitária etc)		
	<input checked="" type="checkbox"/>	Produto Jornalístico (inteiro)	<b>Local da apuração:</b>
	<input type="checkbox"/>	Reportagem livro-reportagem ( ) se sim	( ) Florianópolis ( x ) Brasil ( ) Santa Catarina ( ) Internacional ( ) Região Sul País: _____
<b>ÁREAS</b>	Habitação; Direito a cidade; Direitos Humanos		
<b>RESUMO</b> (de 08 a 10 linhas, espaço simples)	O último censo do IBGE, realizado em 2010, constatou que 11% da população de São Paulo vive em habitações irregulares. Em todo o país, mais de 11 milhões de pessoas se concentram em “aglomerados subnormais”, categoria que inclui favelas e ocupações de prédios e terrenos. Esta reportagem impressa relata o universo de três ocupações urbanas situadas na região central de São Paulo. Com base nos depoimentos e na vivência dos moradores, a reportagem discute temas como especulação imobiliária, direito à habitação, políticas públicas e movimentos sociais.		

**SUMÁRIO**

<b>1. EMENTA</b> .....	4
<b>2. RESUMO</b> .....	5
<b>3. DESCRIÇÃO DO PROJETO</b> .....	6
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO .....	6
3.2 JUSTIFICATIVAS .....	9
3.2.1 DO TEMA DA PAUTA .....	9
3.2.1 DA ESCOLHA DA MÍDIA.....	9
3.3 CONTEÚDO .....	11
3.3.1 PAUTAS E FONTES .....	11
3.4 FORMATO E ESTRUTURA .....	15
<b>4. CRONOGRAMA</b> .....	17
<b>5. RECURSOS E ORÇAMENTO</b> .....	18
5.1 ITENS NECESSÁRIOS E VALORES .....	18
5.2 ORÇAMENTO .....	18
<b>6. FINALIDADES</b> .....	20
<b>7. REFERÊNCIAS</b> .....	21
<b>8. BIBLIOGRAFIA A SER LIDA</b> .....	22

## **1. EMENTA**

**1.a. Título do projeto:** Ocupações urbanas no centro de São Paulo (provisório)

**1.b. Natureza do projeto:** Grande reportagem

**1.c. Alunos responsáveis:** Thaís Ferraz

**1.d. Suporte do projeto:** Impresso

**1.e. Instituições envolvidas:** Universidade Federal de Santa Catarina

**1.f. Semestre programado para realização:** 2015.1

**1.g Custos e financiamento:** R\$1.430,00 financiados com recursos próprios

**1.h. Indicação de professor-orientador:** Daisi Vogel

## **2. RESUMO**

O último censo do IBGE, realizado em 2010, constatou que 11% da população de São Paulo vive em habitações irregulares. Em todo o país, mais de 11 milhões de pessoas se concentram em “aglomerados subnormais”, categoria que inclui favelas e ocupações de prédios e terrenos. Esta reportagem impressa relata o universo de três ocupações urbanas situadas na região central de São Paulo. Com base nos depoimentos e na vivência dos moradores, a reportagem discute temas como especulação imobiliária, direito à habitação, políticas públicas e movimentos sociais.

### 3. DESCRIÇÃO DO PROJETO

#### 3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A cidade de São Paulo enfrenta, há décadas, o problema do déficit habitacional. Com população estimada em 11,32 milhões de pessoas, a cidade concentra ao menos 130 mil famílias sem casa. Por outro lado, estima-se que cerca de 290 mil imóveis existentes na capital paulista não estejam habitados. Além da especulação imobiliária, que foi e continua sendo um dos fatores determinantes para a produção do déficit habitacional, o fenômeno também tem outras origens: o descaso histórico com que o tema da urbanização foi tratado no país, a profunda desigualdade social brasileira, e, principalmente nos últimos anos, a valorização de áreas periféricas e a alta do preço dos aluguéis (HOLZ e MONTEIRO, 2008, sem paginação)

Sem conseguir arcar com os gastos de um aluguel, milhares de paulistanos passaram a se deslocar para favelas e/ou propriedades invadidas, conhecidas como ocupações. O último censo do IBGE, realizado em 2010, constatou que 11% da população de São Paulo vivem em “aglomerados subnormais”. Estas áreas são classificadas a partir de três critérios: devem concentrar, no mínimo, 51 domicílios carentes de serviços públicos essenciais, devem estar localizadas em terreno de propriedade alheia, pública ou particular, e os imóveis devem estar dispostos de forma desordenada e densa. Nesta categoria, se incluem favelas e invasões. Só no centro de São Paulo, existem 42 prédios ocupados mapeados pela prefeitura.

Os dados levantados pelo IBGE comprovam que as políticas públicas de habitação adotadas em São Paulo foram, até o momento, ineficazes, ainda que a Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo (Sehab) atue em diversas frentes, como os programas Minha Casa Minha Vida (nível federal), CDHU (nível municipal), urbanização de favelas, urbanização e regularização de loteamentos em áreas particulares e mananciais, e regularização fundiária de áreas públicas.

O problema de habitação em São Paulo tem origem nas características excludentes que definiram o processo de urbanização do Brasil, iniciado na virada do século XIX e no começo do século XX. No início desse processo, o Estado se isentava da responsabilidade sobre a habitação, de modo que o crescimento da urbanização ocorreu de diversas formas. De acordo com Pequeno, estas formas foram

[...] desde a produção de unidades residenciais em série para locação, à construção de cortiços nas áreas centrais, aos primeiros núcleos de ocupação irregular nas franjas periféricas. As ações governamentais mostravam-se focalizadas na intervenção em áreas centrais, com caráter sanitarista e

embelezador e na regulação, estabelecendo regras edilícias para as moradias coletivas e para a construção de casas de aluguel. (PEQUENO, 2008, sem paginação)

O período mais intenso do processo de urbanização se deu durante os três primeiros quartos do século XX. O Brasil passava por grandes mudanças na distribuição demográfica do território, assim como na estrutura produtiva. As cidades passavam a concentrar a grande maioria de oportunidades de trabalho e de serviços. A população rural, guiada por essas mudanças, passou a migrar rumo às regiões mais desenvolvidas, de modo que, ao final do século XX, a maioria da população brasileira já era urbana.

Durante esse período de expansão das cidades, pouco se havia pensado em questões de planejamento e habitação. Este contexto passa por alterações no final do século, quando o Estado começa a se responsabilizar por questões de infraestrutura e de controle do uso e da ocupação do território. No entanto, de acordo com Pequeno,

[...] este verdadeiro surto de urbanização ocorre dentro de um cenário em que os processos de planejamento urbano e regional, em suas diferentes escalas, permaneciam estanques à nova realidade. Pautados na tecnocracia, os instrumentos de planejamento gerados neste período, não privilegiaram o combate às desigualdades, muito menos as questões mais prementes, centrando-se isto sim, em questões estruturais associadas a horizontes distantes que inviabilizaram sua implementação. (PEQUENO, 2008, sem paginação)

O autor destaca, ainda, que

Na ausência de uma política urbana que estabelecesse os procedimentos a serem seguidos na elaboração de processos de planejamento, bem como que regulasse a aplicação dos instrumentos de gestão do solo urbano, resulta de forma generalizada, um processo de urbanização recente marcado pela desordem, pela disparidade sócio-espacial, ficando as cidades, salvo algumas exceções, à mercê das ações de especuladores imobiliários, os quais muitas vezes atrelados ao Estado, otimizaram retornos de investimentos, promovendo a deterioração do ambiente urbano. (PEQUENO, 2008, sem paginação)

É na década de 1930 que o Estado passa a tomar medidas mais efetivas em relação à urbanização e à habitação. Entre 1930 e 1960, alguns fatores, como a redução da taxa de juros, a ampliação de prazos de pagamento e o congelamento dos aluguéis entre os anos de 1942 e 1964, acabaram prejudicando o mercado da construção para locação, tendo como efeito o crescimento das cidades através loteamentos periféricos sem infraestrutura onde a auto-construção e o pequeno empreiteiro predominaram (PEQUENO, 2008). Deste modo, destaca o autor,

Para parcela considerável da população que não possuía vínculos com organizações trabalhistas, restou como opção, contribuir com a expansão das cidades, a partir da aquisição de lotes em assentamentos periféricos, fazendo-se

difundir a lógica da propriedade privada em substituição à moradia de aluguel, através da auto-construção nas periferias urbanas. (PEQUENO, 2008, sem paginação)

As invasões de propriedade estiveram presentes durante o processo de urbanização do país. Inicialmente, a prática era rara, resultado de ações individuais familiares (MARICATO, 1991, p.36) Na década de 70, as lutas organizadas pela moradia começaram a surgir em São Paulo. Nesta época, existiam dois grandes vetores: um dos moradores de favelas, resistindo à expulsão e lutando por água e luz; e outro dos moradores de casas autoconstruídas na periferia, buscando condições de infraestrutura e/ou lutando pela propriedade da casa construída em lotes clandestinos ou grilados (GOHN, 1991, p.52). A autora afirma que

A falta de áreas livres para a instalação de novas favelas, o inchamento das favelas já existentes além dos limites suportáveis, as restrições impostas pelas novas leis dificultando a abertura de novos loteamentos, a valorização desmesurada do preço da terra impossibilitando a compra, aliados à crise econômica, inflação e desemprego, levam à retomada da forma de luta pela moradia através de invasões- invasões de áreas públicas e particulares e de conjuntos habitacionais desocupados a espera de compradores ou abandonados por inadimplência. (GOHN, 1991, p.54)

No início da década de 80, as invasões se tornam maiores, mais massificadas e organizadas. É também nesta época que começam a surgir os movimentos sociais dos trabalhadores sem terra e sem teto, que continuam sendo protagonistas das disputas por propriedades até hoje.

As ocupações podem possuir características bastante distintas entre si. Atualmente, existem ocupações urbanas ou rurais, em áreas adequadas ou não para moradia, verticais (em prédios) ou horizontais (em terrenos), em bairros muito valorizados (como o Jardins) ou pouco valorizados (como São Mateus). Em alguns casos, a propriedade invadida é particular; em outros, pertence ao poder público. Algumas ocupações possuem regras para os moradores. Elas podem se diferenciar, ainda, pelo modo de divisão de serviço, pela cobrança ou não de valores mensais (“contribuições”) dos moradores, pela liderança que as conduz e pela ênfase maior ou menor dada à militância. Recentemente, São Paulo tem concentrado, também, ocupações artísticas e de coletivos, que fazem reivindicações diferentes das tradicionais.

Neste contexto, este trabalho pretende relatar a vida dentro de ocupações, abordando questões burocráticas, mas também dando ênfase às histórias e experiências dos próprios moradores. Quem são, de onde, por que e como essas pessoas vão para ocupações são algumas das perguntas que nortearão a reportagem. Mais do que isso, pretende-se dar um panorama da vida dentro das ocupações, dos pontos positivos aos negativos, das tensões aos momentos de tranquilidade, dos respaldos da lei à ilegalidade. Os possíveis destinos das ocupações e dos seus moradores, que são a reintegração de posse ou a regularização fundiária, também serão

abordados. Para isso, três ocupações urbanas, localizadas na região central de São Paulo, serão visitadas. Outros temas que serão trabalhados são a especulação imobiliária, o direito à habitação, as políticas públicas e os movimentos sociais.

## 3.2 JUSTIFICATIVAS

### 3.2.1 DO TEMA DA PAUTA

Os números apurados pelo Censo 2010 indicam que o problema da habitação atinge grande parcela da população brasileira. De acordo com a pesquisa do IBGE, ao menos 11,4 milhões de brasileiros vivem aglomerados subnormais, regiões carentes de serviços públicos essenciais. Ao todo, foram identificados 6.329 aglomerados em 323 municípios. As regiões metropolitanas de São Paulo, Rio e Belém são as que concentram a maioria desses domicílios. O Sudeste reúne quase a metade dos aglomerados. Em nível mundial, a Comissão das Nações Unidas para Assentamentos Humanos estima que 1,1 bilhão de pessoas vive em condições inadequadas de moradia, apenas nas áreas urbanas.

Em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o direito à habitação se tornou um direito humano universal, aceito e aplicado em todas as partes do mundo. Atualmente, existem mais de 12 documentos diferentes da ONU que reconhecem este direito. No Brasil, o direito à moradia é tratado como um direito social pela Lei Maior, sendo considerado entre os direitos e garantias fundamentais. Esta definição, respaldada pela Constituição de 1988, indica a necessidade de uma atuação positiva do Estado na garantia do direito, agindo por meio de políticas públicas.

Em regimes democráticos, uma das funções destacadas do Jornalismo é a fiscalização dos poderes públicos e privados. Além disso, o jornalismo possui uma outra forma de função social. Em entrevista ao Portal PUC-Rio Digital, o jornalista Vinicius Neder comenta:

Eu coloco como pressuposto na minha pesquisa que o aprofundamento do estado democrático de direito é a melhor forma de conseguir ampliar e garantir o acesso do maior número de pessoas às condições mínimas de bem estar. Tendo isso como pressuposto, a liberdade de expressão é um ponto fundamental da democracia e do estado democrático de direito, e o jornalismo é uma ferramenta fundamental para a liberdade de expressão. [...] Eu defendo que precisamos aprofundar o estado democrático de direito, logo, precisamos aprofundar a capacidade do jornalista de exercer essa função. Nesse momento de mudança de modelo, é preciso reforçar a função social do jornalismo. (NEDER, V. Disponível em: <<http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/Jornal/Cidade/Jornalistas-contam-como-renovam-funcao-social-9444.html#.VFqSkvnF8uA>>.)

Em um contexto em que a habitação é considerada um direito humano, e no qual 11,4 milhões de brasileiros estão privados de moradia, é imprescindível que o Jornalismo aborde o tema, denunciando os problemas e cobrando soluções.

### 3.2.2 DA ESCOLHA DA MÍDIA

Este trabalho será apresentado na forma de uma grande reportagem em texto, impressa. A escolha da mídia considera dois fatores: a relevância do gênero reportagem no Jornalismo e as possibilidades que ele oferece; e a afinidade da autora com o estilo impresso.

O gênero reportagem surge no início do século XX, em um contexto de ebulição relacionado à Primeira Guerra Mundial e ao desenvolvimento frenético do capitalismo. A sociedade da época, frente a tantos acontecimentos e à rapidez com que as mudanças ocorriam, buscava respostas cada vez mais profundas para os fenômenos que a atingia. Os textos jornalísticos passaram, então, a buscar formas de oferecer os subsídios necessários para o entendimento de temas complexos.

A origem do gênero está diretamente ligada às suas características. Sodré (2009) afirma que a reportagem é uma evolução da notícia, caracterizada por maior aprofundamento e pela “exigência” de interpretar a realidade. Marques de Melo classifica textos jornalísticos em cinco gêneros (informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário) e classifica a reportagem como informativa, definindo-a como:

Relato ampliado de acontecimento que produziu impacto no organismo social (desdobramentos, antecedentes ou ingredientes noticiosos). Trata-se do aprofundamento dos fatos de maior interesse público que exigem descrições do repórter sobre o “modo”, o “lugar” e “tempo”, além da captação das “versões” dos “agentes”. De autoria originalmente individual, esse formato converteu-se em trabalho de equipe. (MARQUES DE MELO apud LIMA, E. 1995, p. 27)

O poder de contextualizar e interpretar a realidade é de extrema importância para este trabalho. Sem um formato que possibilite o aprofundamento, o texto falharia em seu principal objetivo: oferecer subsídios para uma análise do complexo tema da habitação.

Sodré e Ferrari também destacam que a reportagem tem um modo sedutor de exercer o poder denunciante do Jornalismo. Os autores afirmam que

A reportagem - onde se contam, se narram as peripécias da atualidade - é um gênero jornalístico privilegiado. Seja no jornal nosso de cada dia, na imprensa não-cotidiana ou na televisão, ela se afirma como o lugar por excelência da narração jornalística. E é mesmo, a justo título, uma narrativa - com personagens, ação dramática e descrições de ambiente -- separada entretanto da literatura por seu compromisso com a objetividade informativa. (SODRÉ;FERRARI, 1986, p.9)

Dentro da reportagem, duas estruturas podem ser definidas: a dissertativa, que “se apóia num raciocínio explicitado através de informações generalizantes seguidas de fundamentação”; e a narrativa, que “não se apóia em um raciocínio expresso”. (Coimbra (1993). Na estrutura narrativa, ocorre uma humanização do relato, através de um texto descritivo e de natureza impressionista. Entre estas possibilidades, definiu-se abordar o tema das ocupações urbanas através de uma reportagem de caráter narrativo, pois a autora considera que a humanização do relato é imprescindível para a abordagem deste tema.

O ponto de partida para a escolha do formato foi a análise de diversos materiais produzidos sobre o tema. Ao notar que a maioria dos trabalhos jornalísticos sobre ocupações urbanas havia sido realizada nos formatos de vídeodocumentários ou de reportagens dissertativas em texto, e após conhecer três diferentes ocupações em duas cidades, Florianópolis e São Paulo, concluí que os trabalhos jornalísticos têm dado pouca ênfase às histórias e ao lado mais humano das ocupações. Embora os dados oficiais sejam imprescindíveis para a contextualização do tema, procurei restringi-los à duas retrancas, reservando os trechos de destaque da matéria (como o abre e o encerramento) para as pautas mais narrativas e descritivas.

Neste contexto, a escolha do formato de reportagem narrativa objetiva explorar com mais profundidade as histórias dos moradores das ocupações, evitando que eles se tornem apenas números de estatísticas.

### 3.3 CONTEÚDO

#### 3.3.1 PAUTAS E FONTES

As pautas a seguir serão divididas em quatro retrancas, detalhadas no item 3.4- Formato e Estrutura.

##### **Abre**

##### Pauta 1: O nascimento de uma ocupação

Na maioria das vezes, a invasão de terra só é realizada após um intenso planejamento, que pode durar muitos meses. A escolha da terra que será invadida é feita a partir de vários critérios, como acesso ao transporte público, tempo de abandono e probabilidade de regularização fundiária. Além disso, o momento da invasão é determinante para o futuro da ocupação. Esta pauta abordará o processo de “nascimento” de uma ocupação urbana.

**Primeira Retranca**Pauta 2 : História e formação das ocupações

O problema da habitação no Brasil é estrutural e tem sua origem em décadas de descaso do Estado com relação a planejamento e políticas públicas. Essa pauta terá como objetivo contextualizar historicamente o problema da habitação no Brasil, descrevendo o processo de urbanização excludente que culminou nas lutas por moradia e nas invasões de terra.

Estratégia de apuração:

Por se tratar de uma pauta mais teórica, a apuração se dará por meio de bibliografia indicada e entrevistas com historiadores e pesquisadores da área.

Fontes:

Maria da Glória Marcondes Gohn (GEMDEC - Grupo de Estudos Movimentos Sociais, Educação e Cidadania)

Telefone: (19) 3521-5654 / 3521-5556 - Fax: (19) 3521-5576

e-mail: mgohn@uol.com.br

Renato Pequeno (Departamento de Pós-graduação na Universidade Federal do Ceará)

Telefone: xxxx

E-mail: xxxxx

Pauta 3: As ocupações urbanas atuais

As invasões de propriedade existiram durante todo o processo de urbanização do país. No entanto, elas se modificaram muito ao longo dos anos, passando das ações individuais familiares às lutas organizadas, massivas e comandadas por movimentos sociais. Esta pauta pretende apresentar um panorama geral das ocupações urbanas brasileiras, incluindo dados e características que elas possuem em comum.

Estratégia de apuração:

Bibliografia indicada, consulta de dados oficiais (IBGE, órgãos oficiais e secretarias de habitação) e entrevistas com pesquisadores na área.

Fontes:

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - UNIDADE ESTADUAL DE SÃO PAULO

Endereço: RUA URUSSUÍ, 93 - 13º ANDAR - ITAIM BIBI - SÃO PAULO

Cep: 04542-050

Telefone: (11)2105-8212

Secretaria Municipal de Habitação

R. São Bento, 405, São Paulo - SP, 01011-100

Telefone:(11) 3106-2226

## **Segunda retranca**

### Pauta 4: Quem são as pessoas que vivem em ocupações?

Esta pauta será mais humanizada e narrativa. Pretende-se contar a histórias dos moradores das ocupações visitadas, respondendo a questões como “quem são?”, “de onde vêm?”, “o que fazem?”, “como e por quê foram morar em invasões?”, “qual é a relação dos moradores com a cidade e com a própria ocupação?”

Fontes: Moradores das ocupações visitadas

### Pauta 4: Mulheres e ocupações

Como coordenadoras, militantes, mães ou apenas moradoras, as mulheres se destacam dentro das ocupações. Esta pauta, também mais voltada à narração e à humanização, tem como objetivo resgatar as histórias das mulheres que invadem terras, abordando as especificidades a que são submetidas devido ao seu gênero (machismo, silenciamento, preocupações com filhos, brigas com maridos).

Fontes: Moradoras das ocupações visitadas

### Pauta 5: Trabalho, Infraestrutura e organização social

Esta pauta, de caráter mais descritivo, retratará a organização das ocupações visitadas. Como é feita a divisão dos trabalhos? Há líderes? Quem são? Como é organizada a coordenação da ocupação? De onde vêm os mantimentos? A invasão se sustenta a partir de doações ou cobra mensalidades de seus moradores?

Fontes:

Moradores das ocupações

### Pauta 6: O cotidiano da ocupação

Através da descrição e da narração, esta pauta ilustrará o cotidiano das ocupações visitadas. As perguntas que nortearão a pauta são: Qual é a agenda dos moradores? Existem oficinas e escolas para os ocupantes? Há espaço para expressões artísticas ou musicais? Como brincam as crianças? O que há de diversão e lazer? Como são as reuniões de debate e militância?

Fontes:

Moradores das ocupações

**Terceira retranca:**Pauta 7: Ocupações em São Paulo, movimentos sociais e política

São Paulo é a cidade brasileira com maior índice de pessoas que habitam em moradias irregulares: o IBGE estima que 11% da população estejam nesta situação. Apenas no centro da capital, cerca de 42 prédios estão ocupados. Esta pauta pretende fazer um panorama das invasões na cidade, apresentando características específicas das ocupações e dos moradores e abordando temas como especulação imobiliária.

Estratégia de apuração:

Bibliografia indicada, entrevistas com movimentos sociais e com a Prefeitura de São Paulo e visita à algumas ocupações.

Fontes:

Secretaria Municipal de Habitação

R. São Bento, 405, São Paulo - SP, 01011-100

Telefone:(11) 3106-2226

Guilherme Boulos, líder do Movimento de Trabalhadores Sem Teto

E-mail: [contato@mtst.org](mailto:contato@mtst.org)

Frente de Luta pela Moradia

Telefone: 11 8302-8197

E-mail: [flmbrasil@gmail.com](mailto:flmbrasil@gmail.com)

**Quarta retranca**Pauta 8: Os possíveis destinos de uma ocupação

De forma geral, existem apenas três possíveis destinos para os moradores de ocupações: a expulsão, que ocorre através da reintegração de posse; a conquista de uma vaga em programas de moradia (como o CDHU); ou a regularização fundiária da área ocupada. Os focos desta pauta serão as possibilidades citadas anteriormente, as políticas públicas atualmente existentes, e as questões jurídicas relacionadas à posse de terra.

Estratégia de apuração:

Bibliografia indicada, entrevistas com advogados, com órgãos oficiais e com a Prefeitura de São Paulo.

Fontes:

Secretaria Municipal de Habitação

CDHU- Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano

R. Boa Vista, 170- São Paulo- SP, 01014-000

### 3.4 FORMATO E ESTRUTURA

Esta grande reportagem será impressa em formato de matéria especial para revista. O trabalho será diagramado e contará com fotografias. Estima-se que a matéria terá 45 mil caracteres.

O texto será produzido a partir das duas estruturas de reportagem em texto definidas por Coimbra (1993): a dissertativa, que “se apóia num raciocínio explicitado através de informações generalizantes seguidas de fundamentação”; e a narrativa, que “não se apóia em um raciocínio expresso”. Embora o texto intercale as duas estruturas, o foco será na forma narrativa, através da qual pretende-se humanizar o relato, destacar a descrição e compor um texto de caráter impressionista.

De acordo com Sodré e Ferrari,

Diretamente ligada à emotividade, a humanização se acentuará na medida em que o relato for feito por alguém que não só testemunha a ação, mas também participa dos fatos. O repórter é aquele "que está presente", servindo de ponte (e, portanto, diminuindo a distância) entre o leitor e o acontecimento. Mesmo não sendo feita em primeira pessoa, a narrativa deverá carregar em seu discurso um tom impressionista que favoreça essa aproximação. Ao lado disso, os fatos - e as referências a que estão ligados - serão relatados com precisão, garantindo, mais ainda, a verossimilhança. (SODRÉ;FERRARI, 1986, p.15).

Deste modo, a narração será realizada em terceira pessoa. O texto utilizará técnicas da reportagem-crônica, principalmente nas pautas humanizadas. Dentro deste estilo, como destaca Sodré (1986), a narrativa será “voltada às situações fortuitas e flagrantes do cotidiano”, capturadas por um “narrador colocado em posição observadora e reflexiva”, que destacará um caráter “mais circunstancial e ambiental.” A organização não se dará de forma cronológica, mas intercalada, de modo que alguns trechos narrativos serão seguidos de trechos dissertativos, utilizando o recurso de “retardamento”.

O texto será dividido em um abre e 4 retrancas. O abre relatará o nascimento de uma ocupação. A primeira retranca fará um panorama das ocupações, apresentando dados sobre a história, formação e estruturação das mesmas. A segunda retranca será voltada ao cotidiano

dos moradores. A terceira abordará o caso específico de São Paulo, tratando de especulação imobiliária, movimentos sociais e política. Por último, a reportagem trará uma retransa sobre o fim de uma ocupação e os possíveis destinos de seus moradores.

O abre terá de 4 a 6 mil caracteres. Neste início de texto, será relatado o momento da invasão propriamente dita, quando centenas (ou milhares) de pessoas se deslocam na madrugada e arrombam as portas do prédio que se tornará a ocupação. Este momento foi escolhido para o abre por ser crucial tanto para os moradores quanto para a sobrevivência da ocupação. Nesta etapa, a polícia pode chegar após todos os membros conseguirem entrar no prédio (o que lhes garante o direito de só serem retirados de lá com ordem judicial) ou pode alcançar os retardatários (que são encaminhados para a prisão). As primeiras 24 horas da ocupação também são essenciais para os invasores, mas este trecho será descrito mais à frente.

Após o abre, o texto terá efeito de retardação. A primeira retransa será introduzida e apresentará dados que contextualizem o leitor, como os números do IBGE e a situação atual das ocupações de São Paulo. O histórico das ocupações e a comparação com as ocupações atuais também serão retratados nesta etapa.

A segunda retransa abordará o cotidiano dos moradores. Essa parte do trabalho trará, inicialmente, a narrativa das primeiras 24 horas de invasão, período em que nenhum dos futuros moradores pode se retirar. O convívio e os primeiros contatos com pessoas até então desconhecidas introduzirá as pautas mais imersivas, que apresentarão os moradores, a infraestrutura e a organização social das ocupações, a divisão de trabalhos e a vida na invasão.

Aproveitando o gancho da descrição das reuniões de militância dentro das ocupações, a terceira retransa discutirá movimentos sociais, política e as especificidades do problema da moradia em São Paulo, como a especulação imobiliária e a supervalorização de áreas periféricas.

O texto será encerrado com a quarta retransa, que trará a abordagem dos possíveis destinos dos moradores, como a reintegração de posse, a regularização fundiária ou a participação em projetos habitacionais do governo. Caso alguma das ocupações visitadas venha a passar por uma reintegração de posse, a repórter acompanhará a dispersão dos moradores e seguirá aqueles que venham a invadir outra terra, encerrando o texto com esta descrição.

#### 4. CRONOGRAMA

Atividade/mês	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro

Pré-apuração, pesquisa bibliográfica, agendamento de entrevistas	4 semanas					
Apuração e visitas às ocupações	1 semana	4 semanas				
Redação e edição		1 semana	4 semanas	1 semana		
Entrega de partes para a orientadora			Segunda semana: Entrega do abre	Primeira semana: Entrega da primeira e segunda retrancas	Primeira semana: Entrega da terceira e da quarta retranca	
Finalização, diagramação, revisão e entrega					3 semanas	
Apresentação					1 semana	

## 5. RECURSOS E ORÇAMENTO

### 5.1 ITENS NECESSÁRIOS E VALORES

A tabela abaixo indica os itens necessários e seus respectivos valores para a execução desse projeto.

VALOR	DESCRIÇÃO	CATEGORIA
R\$ 2.000,00	Câmera Nikon (conferir modelo do labfoto)	Equipamento
R\$ 150,00	Gravador de áudio	
R\$320,00	Duas passagens de ônibus Florianópolis- São Paulo (ida e volta)	Transporte

R\$250,00	Deslocamento em São Paulo (Metrô, ônibus e eventuais corridas de táxi)	
R\$600,00	Alimentação em São Paulo	Produção
R\$1400,00	Hospedagem em São Paulo	
R\$ 60,00	Impressão da reportagem	
R\$ 10,00	Chip de São Paulo para entrevistas por celular	
R\$ 40,00	Entrevistas e agendamentos por celular	
Total		R\$4.380,00

## 5.2 ORÇAMENTO

Alguns itens descritos na tabela acima não serão custeados. A repórter tentará utilizar a câmera fotográfica disponível no Laboratório de Fotojornalismo da UFSC, o que reduzirá o custo deste equipamento a zero. Caso não consiga, a outra opção será alugar a câmera fotográfica por dois dias, de modo que a repórter consiga fotografar um pouco do cotidiano das ocupações. A diária tem o custo médio de 300 reais. Além disso, a repórter não precisará arcar com os gastos de hospedagem, pois possui família e amigos na cidade. Com isso, o gasto para a execução do projeto fica reduzido a R\$1.430,00.

## 6. FINALIDADES

A produção do Trabalho de Conclusão de Curso é uma oportunidade de colocar em prática os ensinamentos adquiridos durante a graduação. É, também, uma forma de aprender novas competências e aprimorar as habilidades de redação, entrevista e apuração. A dedicação exclusiva a um único tema permite o aprofundamento do qual o jornalismo comercial (e periódico) carece. No TCC, pode-se optar pela exploração de temas complexos e extremamente relevantes, que não poderiam ser produzidos no ritmo frenético das redações. Como tenho a intenção de trabalhar com mídia impressa, o trabalho ainda poderá servir como portfólio.

O tema foi escolhido pela relevância, mas também por uma aproximação pessoal. Ao conhecer três diferentes ocupações (uma em Florianópolis e duas em São Paulo), entrei em contato com realidades muito distintas da minha. Os perigos, os dramas humanos, as histórias complexas, os ambientes, enfim, tudo o que vi e ouvi me despertaram a vontade de narrar estas histórias e apresentá-las a quem, como eu, vive a uma distância confortável o suficiente para ignorar esta realidade.

Uma reportagem não tem o poder direto de solucionar um problema -- ainda mais um problema tão profundo e estrutural como é o da habitação no Brasil. No entanto, acredito fortemente na função social do jornalista, que inclui a denúncia, o relato e a cobrança de soluções. Retomando Barros (2005), declaro a intenção de disponibilizar informações e inquietar os leitores, com objetivo de explicitar um dos maiores conflitos que a sociedade brasileira enfrenta.

## 7. REFERÊNCIAS

COIMBRA, Oswaldo. **O texto da reportagem impressa**. Um curso sobre sua estrutura. 1ed. São Paulo: Ática, 1993.183p.

GOHN, M. G. M. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**.2a ed. São Paulo : Loyola, 2001, v.01.

HOLZ, Sheila e MONTEIRO, Tatiana. **Política de habitação e o direito a moradia no Brasil**. Artigo apresentado no X Colóquio Internacional de Geocrítica, em Barcelona, maio de 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Aglomerados subnormais – primeiros resultados, 2011. Disponível em: <<http://loja.ibge.gov.br/censo-demografico-2010-aglomerados-subnormais.html>>. Acesso em: 18 mai. 2013

MONTIPÓ, Criselli e FARAH, Ângela. **Relato humanizado no jornalismo: a importância da humanização na narrativa pra um jornalismo transformador**. In: Mídia Cidadã 2009 – V Conferência Brasileira de Mídia Cidadã, 2009.Guarapuava. Anais. Guarapuava, 2009. p. 906-923.

PEQUENO, Renato. **Políticas habitacionais, favelização e desigualdades sócio-espaciais nas cidades brasileiras: transformações e tendências**. Artigo apresentado no X Colóquio Internacional de Geocrítica, em Barcelona, maio de 2008.

SODRÉ, Muniz, FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística**. São Paulo: Summus, 1986.

## **8. BIBLIOGRAFIA A SER LIDA**

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilino e difusão da casa própria**. 3ª. São Paulo: Estação Liberdade: FAFESP, 2002.

GOHN, M. G. M. **Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo : Loyola, 2002, v.1, 3ª ed.

GOHN, M. G. M. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**. São Paulo : Loyola, 1995, v.1, 1ª ed.

KEHL, Luis **Breve História das Favelas**. São Paulo: Claridade, 2010

RIOS, Arthur. **Regularização Fundiária Urbana - Procedimento Administrativo de Regularização de Áreas pela Lei 11.977/2009**. Curitiba: Juruá Editora, 2012, 1ª ed.

SANTOS, Milton. **A urbanização desigual**. Petrópolis: Vozes, 1980, 2ª ed.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993 1ª ed.